

---

- **MANUSCRITOS BRASILEIROS ENTRE 1612 E 1793: LIÇÃO E HISTÓRIA**

**Coordenador(a): Heitor Megale**

Este simpósio apresenta lição de oito manuscritos entre 1612 e 1793. O primeiro trata da rotina do Conselho de Vereadores de Santa Ana do Mogi-Mirim, atual Mogi das Cruzes, de 1612 a 1699. O segundo apresenta inventário e testamento que tramitaram em Taubaté entre 1671 e 1686, e reanalis a escravidão na época do ouro. O terceiro é uma carta do Juiz de Fora da Vila de Santos ao Rei D. João V, datada de 8 de junho de 1719, sobre um pedido de punição dos religiosos locais. O quarto, de 1734, trata da discussão entre Antônio Francisco Lustosa, provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega da Praça de Santos, e Francisco Correia Pimentel, Juiz de Fora da Comarca de São Paulo, a respeito da carência do sal em São Paulo, e sobretudo do excessivo preço por ele cobrado. O quinto traz um relato de testemunha, escrito na primeira metade do século XVIII, na Real Villa de Sabará. O sexto, de 1754, é um longo documento que espelha a relação colonizador e índio. O sétimo é o "Diário da navegação do rio Tieté, rio Grande Paraná, e rio, escrito pelo Sargento Mór Theotônio Iozeluzarte". O oitavo refere-se à narrativa de um parto xifópago ocorrido no dia 3 de junho de 1793, no Rio Grande do Sul. Apresentam-se, de início, as informações de localização do manuscrito, as de datação e elaboração do documento, trazendo, a seguir, alguns dados grafemáticos, fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que suscitem algum interesse para a História da Língua Portuguesa. Feito isso, explora-se a história social que cada documento relata.

---

### **EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE UM SUMÁRIO DE TESTEMUNHAS (MINAS COLÔNIA - SÉC. XVIII)**

*Soélis Teixeira do Prado Mendes (UFMG)*

O manuscrito que será apresentado neste SIMPÓSIO faz parte do corpus de minha pesquisa de doutoramento desenvolvida na FALE/UFMG com apoio da FAPEMIG. Para a leitura e análise de um manuscrito, o pesquisador se defrontará com uma série de entraves. Primeiramente, uma questão que bastante incomoda é a localização do texto, principalmente aqueles que se referem ao Brasil Colônia. Infelizmente, é comum os manuscritos “migrarem” para arquivos que, por algum motivo, assumem a posse e guarda de tais documentos. Este é, então, a nosso ver, o primeiro passo do pesquisador dessa área : “garimpar” a rota dos manuscritos.

Uma outra questão não menos séria e preocupante que a anterior, é aquela que diz respeito ao estado de conservação desses documentos. Poucas são as localidades, pelo menos em Minas Gerais, que dispõem de um Arquivo Municipal (ou outro órgão equivalente) que se preocupem com a preservação da memória nacional. Em muitos lugares, uma rica documentação fica perdida nos porões de um cartório, à mercê da ação do tempo e das traças, e com ela parte de nossa história, principalmente a lingüística.

Uma outra dificuldade encontrada diz respeito à parte interna do documento, ou mais especificamente à paleografia: grafia, caligrafia e, até mesmo, a utilização de abreviaturas (embora nos textos coloniais haja um número reduzido desse sistema, se tomarmos a escrita da Idade Média como referência. Bem, é a esta área, ou seja, da paleografia, que a presente comunicação se refere. Será feita uma análise paleográfica de um “somário” de testemunhas, produzido em 1743, na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Pretende-se, na verdade, chamar atenção para determinadas marcas grafemáticas do manuscrito que merecem especial atenção: o emprego do *e* e *z* no meio de palavras, e das vogais *a*, *e*, e, entre outras.

## **ESTUDO DE MANUSCRITO DO SÉCULO XVIII**

*Elizangela Nivardo Dias (USP)*

Este estudo traz informações filológicas referentes a obra Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio grande Paraná (...), apresentando a história social do documento, incluindo o modo como foi escrito, as condições de elaboração da obra e também daremos destaque para uma análise dos reclames do manuscrito e para algumas marcas grafemáticas.

O referido diário, que foi escrito entre março de 1769 e maio de 1771, pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte, conta-nos, de maneira minuciosa, cada detalhe da monção que partiu de Ararituaba, hoje Porto Feliz (SP), às margens do Tietê, no dia 13 de abril de 1769 com destino à Praça de Iguatemi, que fica à margem esquerda do rio de mesmo nome, próximo ao local onde fica hoje a cidade de Iguatemi (MS).

O documento apresenta reclames em todas as páginas e são subscritos à linha. Quanto às marcas grafemáticas há diversos comentários a fazer, muito brevemente apresentamos alguns: 1) Verificamos o uso bem generalizado de letras dobradas. Além do *r* e do *s*, dobrava-se o *c*, o *f*, o *l*, o *n*, *m* e o *t*. Exemplos: CC: sucessos. FF: officiaes. LL: villa, aquelle. NN: sem ocorrências no trecho. MM: immensidade, immundicia. TT: sem ocorrências no trecho. 3) As sílabas como *par*, *per*, *por*, *ter*, entre outras, podem ser encontradas com metátese do *r*. Ex: *percizo* e *persagios*. 4) As terminações em *ães* e *ões*, escreviam-se sem *til* e com *n*. Ex.: *instruçoens*; *provizoens*. 5) São presentes diversas abreviaturas, como: *capm* (Capitam), *da* (dita), *certamte* (certamente), *q*” (que), *p<sup>a</sup>* (para). Quase todas as abreviações que surgem no texto, são escritas algumas vezes em sua forma desenvolvida.

Este documento traz importante contribuição para a história e para a história da língua, pois se trata de uma narrativa de acontecimentos escrita sob a impressão imediata dos fatos.

## **FALTA E CARESTIA DO SAL NA CAPITANIA DE SÃO PAULO**

*Renata Ferreira Costa (USP)*

Partindo do estudo de três cartas manuscritas escritas entre julho e novembro de 1734, referentes à discussão sobre a falta e carestia do sal na Capitania de São Paulo, este trabalho tem como objetivo inicial levantar algumas questões filológicas presentes nesses manuscritos, tais como sua localização, sua datação, seus autores e alguns dados grafemáticos, fonéticos e fonológicos de interesse relevante para o estudo histórico da Língua Portuguesa.

Após o estudo filológico se seguirá um estudo histórico-social que visa analisar a discussão entre Antônio Francisco Lustosa, provedor da Fazenda Real e juiz da Alfândega da praça de Santos, e Francisco Correia Pimentel, juiz de fora da comarca de São Paulo, a respeito da carência de sal em São Paulo e, sobretudo, do excessivo preço por ele cobrado.

Há mais de 200 anos os paulistas vinham sofrendo com o monopólio do sal, gênero importado do Reino, pois a produção de Cabo Frio e de Pernambuco era muito escassa e de má qualidade. A distribuição do sal era péssima, já que os ricos adquiriam numerosos alqueires, que eram guardados para o aumento dos preços, enquanto aos pobres eram reservadas diversas enfermidades, entre elas o bócio e a lepra.

O sal era um gênero de extrema importância, não só para o funcionamento do organismo humano, mas também para o bom funcionamento das relações comerciais entre a Metrópole e a Colônia, e entre as Capitânicas estabelecidas.

## **HISTÓRIA NOS MANUSCRITOS: CONFLITO ENTRE PODER LOCAL E RELIGIOSOS NA VILA DE SANTOS**

*Phablo Roberto Marchis Fachin (USP)*

Retirado de manuscritos avulsos da capitania de São Paulo, (1704-1724), catálogo de Alfredo Mendes Gouveia, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, o corpus deste trabalho faz parte de uma pesquisa mais abrangente, intitulada “Edição de Documentos Manuscritos do Brasil Colonial: Projeto Resgate Barão do Rio Branco (1704-1724)”. Trata-se de uma carta datada de 8 de junho de 1719 e escrita pelo juiz de fora da vila de Santos, Mathias da Silva, para Dom João V e de um auto (traslado) feito em 30 de maio de 1719 pelo escrivão da vara da Vila de Santos, por ordem daquele juiz. Acompanha esse auto o Termo de Assentada elaborado pelo mesmo tabelião trasladador, Pedro Pinto.

Na carta, Mathias da Silva pede ao rei que castigue o padre-guardião, Frei José de Santa Brizida, e mais religiosos do convento de Santo Antônio daquela vila por maltratarem o seu escrivão, Antônio Freire Agostim, por este ter dado umas vergastadas num escravo daquele padre. No auto, segue a explicação de como se deu o maltrato e as tais vergastadas. As testemunhas foram ouvidas e seus depoimentos lavrados no Termo de Assentada. Selecionou-se esse documento com o objetivo de apresentar a situação conflitante pela qual passou a relação entre o poder local e o clero daquele convento, naquele momento. Mais do que um simples caso, para a História trata-se de relevante episódio para reconstituir a vida cultural e sócio-econômica daquele período. Já do ponto de vista filológico, como afirma Spina, uma forma de o texto deixar de ser um fim em si mesmo para se transformar num instrumento que permite ao filólogo remontar à vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em uma determinada época.

## **INVENTÁRIO E TESTAMENTO DE DOMINGOS GOMES**

*Heitor Megale (USP)*

Esta comunicação trabalha documentos notariais da vida, morte e partilha dos bens de pessoas envolvidas com a descoberta das minas e início do movimento migratório de São Paulo para as minas. São eles o testamento e o inventário de Domingos Gomes, que se cumpriram em Taubaté, entre 1671 e 1686. O exame do estado de língua em que se encontra a documentação apresenta, entre outros aspectos, diversas marcas de língua atualmente consideradas não-padrão. O levantamento e a descrição dessas marcas confirmam que são correntes de modo particular nos documentos notariais. Interessam especialmente determinadas realizações grafemáticas para alguns fonemas em diferentes vocábulos. São grafias que permitem levantar hipóteses de

registros de fala. Se essas hipóteses se confirmam, tais registros permitem avaliar melhor a hipótese de que, na área em que se desenvolve a mineração, uma nova língua surge do contacto com o africano, mais do que com o nativo, dadas as circunstâncias do contacto lingüístico nas minas gerais. Discute-se o problema da escravidão em Taubaté porque esses documentos trazem dados novos a respeito do assunto. Em seu testamento, Domingos Gomes declara: “pessuimos de nosso seruiço do gentio da terra sesenta pessas ou aquilo que na uerdade se achar com filhos e filhas que são familias”. Para discutir a escravidão de que dão conta esses documentos, foi feito o levantamento de nome por nome de escravos. Os textos dos documentos permitem perceber como viviam e deixa muito claro como foi necessário esperar que voltassem do sertão peças que para lá haviam seguido, e depois como foram as peças, mesmo a gente forra, partilhadas entre os herdeiros. Enumeram-se as peças que vieram do sertão. Enfim, a leitura reanalisa a escravidão da época das minas, por um aspecto que poderia sintetizar-se em convivência muito estreita, senão com alguma intimidade.

### **MANUSCRITO DE 1793: A NARRATIVA DE UM PARTO XIFÓPAGO**

*Vanessa Martins do Monte (USP)*

O presente trabalho apresentará um manuscrito datado de 3 de junho de 1793. Tal documento encontra-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, sob a referência Códice 807 - NP - SDE - Coleção de Memórias e outros documentos. Conservados na Seção Histórica. Rio de Janeiro, 1928. Escrito por Antonio de Freitas Santos ao vigário da vara do quartel do Rio Pardo, Manoel Marques de S. Payo, a narrativa diz respeito a um caso de parto xifópago ocorrido no atual estado do Rio Grande do Sul. A mãe, Ana Maria da Silveira, de dezessete anos, deu a luz a duas meninas, com um palmo e meio de comprimento, batizadas com os nomes de Maria e Ana, que nasceram “de cabeça”, unidas pela base do tórax, na região do apêndice xifóide.

A escolha deste manuscrito deveu-se ao fato de, além de seu conteúdo tratar de um tema interessante e pouco comum para os documentos daquele período, possuir análise científica pormenorizada a respeito de tal nascimento e da disposição biológica das recém-nascidas. Acompanha a exposição histórica do fato, breve notícia filológica acerca do documento, para a discussão de questões lingüísticas referentes ao estado de língua da época.

### **RELAÇÃO COLONIZADOR-ÍNDIO NO BRASIL COLONIAL**

*Erica Cristina Camarotto de Souza (USP)*

O trabalho que venho desenvolvendo no mestrado na área de Filologia engloba a edição semi-diplomática de documentos do Brasil Colonial, bem como a análise tipológica dessa documentação, datada dos séculos XVII e XVIII. Por destinarem-se a estudos lingüísticos, tais edições tornar a leitura do texto acessível a todos, preservando, no entanto, as características lingüísticas do original, isto é, não atualizando a escrita. Além de grande valor lingüístico, tal trabalho auxilia também na investigação histórica dos acontecimentos. São documentos relacionados à capitania de São Paulo, e segundo Segimundo Spina em seu livro *Introdução à Edótica*, a “História é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contato apresenta com a Filologia, pois o objeto e o método de ambas são os mesmos: o texto e o método crítico”. Assim, o critério de escolha do texto a ser apresentado foi o da quantia de especificidades lingüísticas nele contidas e seu denso valor histórico, à medida que nos auxilia na compreensão da relação índio x colonizadores na época (1754). No documento um engenheiro militar explicita não só as vantagens que acredita que Portugal tem relação aos colonizadores espanhóis, mas também quais seriam as artimanhas necessárias para cativar os índios e consequentemente obter deles o auxílio na descoberta de novas minas de ouro.